

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Em seu caderno de provas, caso haja itens que avaliem **conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

O conceito de discriminação usualmente leva à sensação de medida negativa, que causa prejuízo a alguém. Trata-se, efetivamente, do conceito de discriminação sob o aspecto prejudicial, ou, do ponto de vista jurídico, ilícito, do instituto.

Em breve síntese, a discriminação consiste em tratar de maneira diferente determinada pessoa por motivo não justificável. A discriminação vedada é aquela que, como regra, encontra proibição legal e causa prejuízo à pessoa discriminada.

O *caput* do artigo 5.º da Constituição Federal de 1988 dispõe que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

Esse dispositivo revela a importância do *status* da igualdade entre as pessoas e, conseqüentemente, entre os trabalhadores. Evidentemente, conduta em sentido contrário constitui ilícito, excepcionadas as hipóteses de ações afirmativas.

Explica-se: a discriminação, por si só, não é necessariamente medida reprovável. Pode constituir, inclusive, ação afirmativa a que os sujeitos podem estar obrigados pelo direito. Exemplo disso é a discriminação em favor das pessoas com deficiência, ao se estabelecer cota mínima a ser preenchida por elas.

No âmbito das relações de trabalho, algumas situações são mais comuns no que se refere à discriminação: discriminação pelo sexo, pela idade, pela etnia, pela orientação sexual. Nesse contexto, a conduta discriminatória que não pode ser admitida é aquela que trata de maneira distinta os trabalhadores, sem qualquer justificativa ou causa lícita para tanto, preterindo determinada classe de pessoas por motivos totalmente injustificáveis e que não guardam qualquer relação com o tipo de trabalho desenvolvido.

Internet: <<https://enciclopediajuridica.pucsp.br>> (com adaptações).

Acerca de aspectos linguísticos do texto apresentado e das ideias nele veiculadas, julgue os itens que se seguem.

- 1 Defende-se, no texto, o emprego do termo “discriminação” com viés exclusivamente negativo, a fim de se evitar que se confundam as ações afirmativas com atos discriminatórios.
JUSTIFICATIVA - Errado. Nos parágrafos iniciais do texto, explica-se o uso do termo “discriminação” com diferentes cargas semânticas, mas sem se argumentar favorável ou contrariamente ao uso de qualquer uma delas.
- 2 Infere-se da leitura do texto que existem situações em que é lícito tratar as pessoas de modo diferenciado.
JUSTIFICATIVA - Certo. É o caso das ações afirmativas, mencionadas no quarto parágrafo: “Esse dispositivo revela a importância do status da igualdade entre as pessoas e,

conseqüentemente, entre os trabalhadores. Evidentemente, conduta em sentido contrário constitui ilícito, excepcionadas as hipóteses de ações afirmativas”.

- 3 Embora o texto trate de discriminação em geral, observa-se que a organização de suas ideias progride no sentido de enfocar o tema em um contexto mais específico, o das relações trabalhistas.
JUSTIFICATIVA - Certo. A partir do quarto parágrafo, trata-se mais especificamente de discriminação no âmbito trabalhista.
- 4 Entende-se da leitura do primeiro parágrafo do texto que o termo “instituto” remete ao conjunto das normas legais que embasa o “ponto de vista jurídico”.
JUSTIFICATIVA - Errado. No primeiro parágrafo, o termo “instituto” é empregado em referência ao conceito de discriminação.
- 5 A coerência das ideias do texto e sua correção gramatical seriam mantidas caso se substituísse o trecho “por motivo não justificável” (primeiro período do segundo parágrafo) por **injustificadamente**.
JUSTIFICATIVA - Certo. No texto, a expressão “por motivo não justificável” funciona como adjunto adverbial de “tratar”. A palavra “injustificado”, da qual deriva o advérbio “injustificadamente”, tem o sentido de não justificado, que não teve ou não tem justificação. Sendo assim, a substituição proposta no item está em consonância com as ideias veiculadas no texto, além de ser gramaticalmente correta.
- 6 Mantendo-se os sentidos do texto e sua correção gramatical, o trecho “Explica-se: a discriminação, por si só, não é necessariamente medida reprovável” (primeiro período do quinto parágrafo) poderia ser reescrito da seguinte forma: **Explica-se que atos discriminatórios, por si só, não são necessariamente medidas reprováveis**.
JUSTIFICATIVA - Errado. A substituição dos dois-pontos pelo conectivo “que” implicaria alteração do sentido original do texto. Além disso, a correção gramatical seria prejudicada pela falta de concordância de número entre “só” e “atos discriminatórios”.
- 7 A correção gramatical, a coesão e a coerência das ideias do texto seriam mantidas caso o sinal de dois-pontos empregado após “discriminação” (primeiro período do último parágrafo) fosse substituído por uma vírgula.
JUSTIFICATIVA - Errado. A substituição dos dois-pontos por vírgula prejudicaria as relações coesivas originalmente estabelecidas entre os termos, visto que a exemplificação que é dada no texto original não seria explicitada com o emprego da vírgula.

8 Em “a que os sujeitos podem estar obrigados pelo direito” (segundo período do quinto parágrafo), o emprego da preposição “a” justifica-se pela regência do termo “obrigados”.

JUSTIFICATIVA - Certo. É o termo “obrigados” que exige a preposição “a” na oração: os sujeitos podem estar obrigados a uma ação afirmativa.

Julgue os itens seguintes, relativos à organização do Distrito Federal e de seus Poderes, de acordo com a Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF).

9 Caso o governador deixe de prestar suas contas anuais, o TCDF deverá proceder à tomada de contas do chefe do Poder Executivo, comunicando esse fato à Câmara Legislativa do DF.

JUSTIFICATIVA - Errado. Compete à Câmara Legislativa do DF, e não ao TCDF, proceder à tomada de contas do governador, quando elas não forem apresentadas no prazo regulamentar. É o que dispõe o art. 60, XIII, da LODF.

10 O TCDF tem competência para dar início ao processo legislativo de lei ordinária que verse sobre a sua organização, não lhe sendo atribuída, contudo, a mesma prerrogativa em relação às leis complementares. JUSTIFICATIVA - Errado. O item está errado por duas razões. Primeiro, a organização do TCDF deve ser disciplinada por lei complementar, e não por lei ordinária, conforme dispõe o art. 75, parágrafo único, I, da LODF. Segundo, o TCDF também possui iniciativa legislativa para lei complementar em relação a matérias interna *corporis*, de acordo com o art. 71, IV, da LODF.

11 Ao DF são atribuídas as competências legislativas reservadas aos estados e aos municípios, já que a competência residual do DF é restrita aos casos que a Constituição Federal de 1988 autorizar.

JUSTIFICATIVA - Errado. A segunda parte do item está errada. Nos termos do art. 14 da LODF, o DF poderá exercer todas as competências legislativas que não lhe sejam vedadas pela CF, ou seja, a competência residual é ampla e independe de autorização constitucional, estando limitada apenas no caso de vedação constitucional.

12 Compete privativamente ao DF dispor sobre a organização do quadro de servidores do TCDF e sobre a instituição dos seus planos de carreira.

JUSTIFICATIVA - Certo. Nos termos do art. 15, XIII, da LODF, compete privativamente ao Distrito Federal “dispor sobre a organização do quadro de seus servidores; instituição de planos de carreira, na administração direta, autarquias e fundações públicas do Distrito Federal; remuneração e regime jurídico único dos servidores;”. Considerando-se que o TCDF compõe a administração pública direta do DF, a competência acima se estende a seus servidores.

13 Todo agente público, qualquer que seja sua categoria ou a natureza do seu cargo, emprego ou função, é obrigado a declarar seus bens no ato de sua posse, exoneração ou aposentaria.

JUSTIFICATIVA - Certo. A assertiva versa sobre uma relevante obrigação imposta, indistintamente, a todos os agentes públicos do DF como mecanismo de controle e prevenção do enriquecimento

ilícito e lesão ao erário. A regra está prevista no art. 19, XXI, da LODF.

Com base na Lei Complementar distrital n.º 840/2011, que trata do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Distrito Federal, das Autarquias e das Fundações Públicas Distritais, julgue os itens a seguir.

14 Não se pune na esfera administrativa o servidor público que tenha sido absolvido na esfera penal por falta de provas em decisão judicial transitada em julgado.

JUSTIFICATIVA - Errado. A regra da dependência das instâncias só se aplica caso a decisão penal absolutória reconheça a inexistência do fato ou da autoria, nos termos da LC n.º 840/2011:

“Art. 181. O servidor responde penal, civil e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

§ 1.º As sanções civis, penais e administrativas podem cumular-se, sendo independentes entre si.

§ 2.º A responsabilidade administrativa do servidor é afastada no caso de absolvição penal que negue a existência do fato ou sua autoria, com decisão transitada em julgado.”

15 As carreiras e os respectivos cargos de provimento efetivo serão criados por decreto, o qual deverá fixar, entre outros aspectos, os critérios de capacitação, o regime e a jornada de trabalho dos servidores.

JUSTIFICATIVA - Errado. A criação das carreiras e de seus respectivos cargos de provimento efetivo deve ser feita por meio de lei formal aprovada pela Câmara Legislativa do DF, nos termos do art. 55 da LC n.º 840/2011.

16 Constitui infração disciplinar leve o ato comissivo e doloso do servidor público de utilizar indevidamente a sua identificação funcional em ilegítimo benefício próprio, podendo, nesse caso, ser aplicada ao servidor a penalidade de advertência ou, caso as circunstâncias assim o justificarem, de suspensão de até trinta dias.

JUSTIFICATIVA - Certo. A conduta indicada enquadra-se como infração leve e sujeita o servidor à penalidade de advertência ou suspensão, nos seguintes termos da LC n.º 840/2011:

“Art. 187. A infração disciplinar decorre de ato omissivo ou comissivo, praticado com dolo ou culpa, e sujeita o servidor às sanções previstas nesta Lei Complementar.

(...)

Art. 190. São infrações leves:

(...)

XV usar indevidamente a identificação funcional ou outro documento que o vincule com o cargo público ou função de confiança, em ilegítimo benefício próprio ou de terceiro.

Art. 199. A advertência é a sanção por infração disciplinar leve, por meio da qual se reprova por escrito a conduta do servidor.

Parágrafo único. No lugar da advertência, pode ser aplicada, motivadamente, a suspensão até trinta dias, se as circunstâncias assim o justificarem.”

17 O regime de trabalho do servidor efetivo não ocupante de cargo em comissão ou de função de confiança será, em regra, de 30 horas semanais, podendo ser ampliado para 40 horas semanais, desde que a ampliação seja do interesse da administração pública e haja anuência do servidor, observando-se a proporcionalidade salarial.

JUSTIFICATIVA - Certo. O art. 57 da LC n.º 840/2011 estabelece como regra a jornada de 30 horas, podendo ocorrer ampliação nos seguintes termos:

“Art. 57. Salvo disposição legal em contrário, o servidor efetivo fica sujeito ao regime de trabalho de trinta horas semanais.

§ 1.º No interesse da administração pública e mediante anuência do

servidor, o regime de trabalho pode ser ampliado para quarenta horas semanais, observada a proporcionalidade salarial.
Art. 58. O servidor ocupante de cargo em comissão ou no exercício de função de confiança tem regime de trabalho de quarenta horas semanais, com integral dedicação ao serviço.”.

- 18 Os servidores estáveis e os que estejam em estágio probatório fazem jus à gratificação por encargo de curso ou concurso caso participem, em caráter eventual, de comissão de concurso público para correção de provas discursivas.
JUSTIFICATIVA - Errado. A gratificação por encargo de curso ou concurso só pode ser recebida pelos servidores que já tiverem adquirido a estabilidade no serviço público, nos termos do art. 100 da LC n.º 840/2011.

O Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (COARIDE) é um instrumento de governança e espaço de interação interfederativo, com foco no desenvolvimento econômico e social. Acerca desse conselho e da organização da RIDE, julgue os próximos itens, conforme o disposto no Decreto federal n.º 7.469/2011.

- 19 Na composição do COARIDE, incluem-se um representante do Distrito Federal, um do estado de Goiás e um do estado de Minas Gerais, indicados pelo conjunto de prefeitos dos respectivos municípios integrantes da RIDE.
JUSTIFICATIVA - Errado. Nos termos do art. 4.º, XII, do Decreto federal n.º 7.469/2011, o COARIDE é composto por três representantes do Distrito Federal, um do estado de Goiás e um do estado de Minas Gerais, indicados pelos respectivos governadores.
- 20 Se um município que constitui a RIDE for desmembrado, os novos municípios resultantes integrarão automaticamente a RIDE.
JUSTIFICATIVA - Certo. Decreto federal n.º 7.469/2011: “Art. 1.º (...) § 2.º Integram-se automaticamente à RIDE os Municípios que vierem a ser constituídos em virtude de desmembramento de Município mencionado no § 1.º.

Segundo dados do Censo Demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Distrito Federal tem uma proporção de cerca de 91 homens para cada grupo de 100 mulheres. Elas são a maioria da população do Distrito Federal, mas enfrentam situações de desigualdade, o que aponta para a necessidade de políticas públicas voltadas para as mulheres.

Considerando essas informações, a realidade atual do DF e o Plano Distrital de Políticas para as Mulheres (PDPM), julgue os seguintes itens.

- 21 No PDPM, está previsto o objetivo de promover o acesso e a assistência às mulheres no planejamento reprodutivo, no pré-natal, no parto, no puerpério e no acompanhamento da primeira infância, o que representa exemplo de compromisso do DF com políticas de planejamento reprodutivo, em que a mulher é assistida e decide sobre a maternidade, sua saúde reprodutiva e o uso de métodos contraceptivos.
JUSTIFICATIVA - Certo. O objetivo descrito no item faz parte do Eixo 3 – Saúde Integral das Mulheres, Direitos Sexuais e Reprodutivos, do PDPM. Parte das políticas de atenção primária, o programa saúde da mulher envolve todos os cuidados relacionados à saúde da mulher prestados nas UBS, como o direito sexual, o planejamento reprodutivo, a prevenção dos cânceres de mama e de colo de útero e a promoção do parto natural e humanizado. São ofertados métodos contraceptivos, como anticoncepcionais orais, minipílulas de progestógeno, injetáveis, DIU de cobre, preservativos, contracepção de emergência e laqueadura (método

cirúrgico). No caso das mulheres que desejam ter filhos ou estão grávidas, o programa saúde da mulher disponibiliza acompanhamento em todo o ciclo gestacional, até o puerpério, com auxílio na amamentação.

- 22 O PDPM prevê o incremento do número de mulheres atendidas por meio de processos de formação profissional e ação empreendedora nos programas e projetos de desenvolvimento da autonomia econômica.
JUSTIFICATIVA - Certo. Trata-se de um dos objetivos específicos do Eixo I Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica, do PDPM.

- 23 No DF, mesmo com o aumento do nível de escolaridade das mulheres, nos últimos anos cresceu a diferença de remuneração entre os sexos, tendo piorado as desigualdades de gênero relacionadas a emprego, salário e renda.
JUSTIFICATIVA - Errado. Segundo pesquisa do IPDF (2023), há diferença de remuneração entre os sexos, contudo, quanto maior o nível de escolaridade, menor é essa diferença. A PNAD/IBGE mostrou que essa diferença diminuiu nos últimos anos. Ambas as pesquisas, porém, evidenciaram que o rendimento médio mensal das mulheres ainda está abaixo do recebido pelos homens, retrato que foi observado em todas as regiões administrativas, com pouquíssimas exceções.

Acerca da Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/2006), julgue os itens a seguir, com base em seus dispositivos e na jurisprudência dos tribunais superiores.

- 24 A Lei Maria da Penha prevê um tipo penal específico para o autor da violência doméstica que descumprir as medidas protetivas de urgência impostas pelo juiz.
JUSTIFICATIVA - Certo. O tipo penal foi inserido em 2018, incluído pela Lei n.º 13.641 e integra o artigo 24-A da Lei Maria da Penha, senão vejamos:
“Art. 24-A. Descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência previstas nesta Lei:
Pena – detenção, de 3 (três) meses a 2 (dois) anos.
§ 1.º A configuração do crime independe da competência civil ou criminal do juiz que deferiu as medidas.
§ 2.º Na hipótese de prisão em flagrante, apenas a autoridade judicial poderá conceder fiança.
§ 3.º O disposto neste artigo não exclui a aplicação de outras sanções cabíveis.”
- 25 A aplicação da Lei Maria da Penha estende-se a mulheres trans.
JUSTIFICATIVA - Certo. O entendimento já está consolidado desde o julgamento pelo STJ do REsp 1977124/SP RECURSO ESPECIAL 2021/0391811-0. RECURSO ESPECIAL. MULHER TRANS. VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. APLICAÇÃO DA LEI N. 11.340/2006, LEI MARIA DA PENHA. CRITÉRIO EXCLUSIVAMENTE BIOLÓGICO. AFASTAMENTO. DISTINÇÃO ENTRE SEXO E GÊNERO. IDENTIDADE. VIOLÊNCIA NO AMBIENTE DOMÉSTICO. RELAÇÃO DE PODER E MODUS OPERANDI. ALCANCE TELEOLÓGICO DA LEI. MEDIDAS PROTETIVAS. NECESSIDADE. RECURSO PROVIDO.
1. A aplicação da Lei Maria da Penha não reclama considerações sobre a motivação da conduta do agressor, mas tão somente que a vítima seja mulher e que a violência seja cometida em ambiente doméstico, familiar ou em relação de intimidade ou afeto entre agressor e agredida.
2. É descabida a preponderância, tal qual se deu no acórdão impugnado, de um fator meramente biológico sobre o que realmente importa para a incidência da Lei Maria da Penha, cujo

arcabouço protetivo se volta a julgar autores de crimes perpetrados em situação de violência doméstica, familiar ou afetiva contra mulheres. Efetivamente, conquanto o acórdão recorrido reconheça diversos direitos relativos à própria existência de pessoas trans, limita à condição de mulher biológica o direito à proteção conferida pela Lei Maria da Penha.

3. A vulnerabilidade de uma categoria de seres humanos não pode ser resumida tão somente à objetividade de uma ciência exata. As existências e as relações humanas são complexas e o Direito não se deve alicerçar em argumentos simplistas e reducionistas.

4. Para alicerçar a discussão referente à aplicação do art. 5º da Lei Maria da Penha à espécie, necessária é a diferenciação entre os conceitos de gênero e sexo, assim como breves noções de termos transexuais, transgêneros, cisgêneros e travestis, com a compreensão voltada para a inclusão dessas categorias no abrigo da Lei em comento, tendo em vista a relação dessas minorias com a lógica da violência doméstica contra a mulher.

5. A balizada doutrina sobre o tema leva à conclusão de que as relações de gênero podem ser estudadas com base nas identidades feminina e masculina. Gênero é questão cultural, social, e significa interações entre homens e mulheres. Uma análise de gênero pode se limitar a descrever essas dinâmicas. O feminismo vai além, ao mostrar que essas relações são de poder e que produzem injustiça no contexto do patriarcado. Por outro lado, sexo refere-se às características biológicas dos aparelhos reprodutores feminino e masculino, bem como ao seu funcionamento, de modo que o conceito de sexo, como visto, não define a identidade de gênero. Em uma perspectiva não meramente biológica, portanto, mulher trans mulher é.

6. Na espécie, não apenas a agressão se deu em ambiente doméstico, mas também familiar e afetivo, entre pai e filha, eliminando qualquer dúvida quanto à incidência do subsistema da Lei n. 11.340/2006, inclusive no que diz respeito ao órgão jurisdicional competente - especializado - para processar e julgar a ação penal.

7. As condutas descritas nos autos são tipicamente influenciadas pela relação patriarcal e misógina que o pai estabeleceu com a filha. O modus operandi das agressões - segurar pelos pulsos, causando lesões visíveis, arremessar diversas vezes contra a parede, tentar agredir com pedaço de pau e perseguir a vítima - são elementos próprios da estrutura de violência contra pessoas do sexo feminino. Isso significa que o modo de agir do agressor revela o caráter especialíssimo do delito e a necessidade de imposição de medidas protetivas.

8. Recurso especial provido, a fim de reconhecer a violação do art. 5º da Lei n. 11.340/2006 e cassar o acórdão de origem para determinar a imposição das medidas protetivas requeridas pela vítima L. E. S. F. contra o ora recorrido.

(REsp n. 1.977.124/SP, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, julgado em 5/4/2022, DJe de 22/4/2022.).

- 26 A aplicação da Lei Maria da Penha é condicionada à prática de violência física contra a mulher.

JUSTIFICATIVA - Errado. No artigo 5º, *caput*, da Lei Maria da Penha, é empregada, de forma explícita, a partícula “ou” no rol de consequências de violências para a configuração da lei, indo para além da violência física, senão vejamos:

“Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero **que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:**” (GRIFO NOSSO)

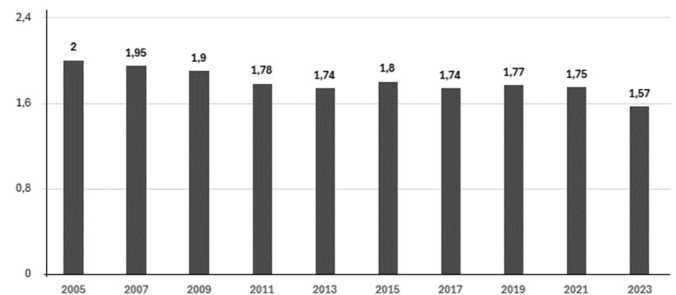
Além disso, no artigo 7º, são elencados outros quatro tipos de violência para a configuração da lei, para além da física, a saber: violência psicológica, patrimonial, sexual e moral.

- 27 Nas ações relativas a todos os crimes previstos na Lei Maria da Penha, a ofendida pode, a qualquer tempo, exercer seu direito de renúncia à representação.

JUSTIFICATIVA - Errado. A ofendida somente poderá exercer direito a renúncia nas ações públicas condicionadas à representação. Vide art. 16 da Lei n.º 11.340/2006:

“Art. 16. Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.” (Vide ADI 7267)

O Brasil segue a tendência mundial de diminuição da taxa de fecundidade. Em 2000, no país, essa taxa era de 2,32 filhos por mulher, tendo, em 2023, atingido seu menor valor, 1,57 filho por mulher. No gráfico a seguir, elaborado a partir de dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pode-se observar a variação da taxa de fecundidade no Brasil ao longo dos anos (estimativa do número de filhos nascidos vivos por mulher, ao final de seu período reprodutivo).



Com base nessas informações, e considerando que a média da sequência de dados no gráfico seja igual a $\mu = 1,8$ e que sua variância seja igual a $\sigma^2 = 0,014$, julgue os itens seguintes.

- 28 O valor do coeficiente de variação (ou coeficiente de variação de Pearson) é inferior a 7%, o que indica uma dispersão baixa dos dados dessa sequência.

JUSTIFICATIVA - Certo. O coeficiente de variação é dado por $CV = \sigma/M \times 100 = 0,11/1,8 \approx 6,2 < 7\%$

- 29 A moda dessa sequência de dados é 10% superior à sua média.

JUSTIFICATIVA - Errado. A moda é igual a $1,74 < 1,8$.

- 30 O desvio padrão é inferior a 0,11, o que indica uma variação baixa dos dados em relação à média.

JUSTIFICATIVA - Errado. O desvio padrão é a raiz quadrada da variância. Assim, $\sigma = \sqrt{0,014} > 0,11$.

- 31 A mediana dessa sequência de dados é inferior à sua média.

JUSTIFICATIVA - Certo. Reordenando-se os 10 dados em ordem decrescente, obtém-se: 2, 1,95, 1,9, 1,8, 1,78, 1,77, 1,75, 1,74, 1,74, 1,57. A mediana é obtida por $Md = (1,78 + 1,77)/2 = 1,775 < 1,8$.

Julgue os próximos itens, relativos à seguinte proposição *P*: “Defendo causas ruins com bons argumentos, mas não boas causas com argumentos ruins.”.

- 32 Considere um argumento que, além da proposição *P*, tenha também como premissa a seguinte proposição: “Se eu defender boas causas com argumentos ruins, serei derrotado.”. Nesse caso, o argumento será válido se tiver como conclusão a sentença “Não serei derrotado.”.

JUSTIFICATIVA - Errado. A proposição *P*, tomada como premissa, implica a falsidade do precedente da outra premissa, incluída no argumento na hipótese do item. A falsidade do precedente permite, mantendo-se a veracidade de tal premissa, tanto a veracidade quanto a falsidade do consequente. Como a conclusão

é a negação do consequente, tal conclusão pode ser falsa, o que significa que o argumento não é válido.

- 33 A tabela-verdade da proposição P possui duas linhas.
JUSTIFICATIVA - Errado. A proposição P é composta por duas proposições simples, de modo que sua tabela-verdade possui $2^2 = 4$ linhas.
- 34 A proposição P é equivalente à negação de “Se defendo causas ruins com bons argumentos, então defendo boas causas com argumentos ruins.”.
JUSTIFICATIVA - Certo. A proposição do item tem estrutura $p \rightarrow q$, cuja negação é dada pela equivalência $\sim(p \rightarrow q) \Leftrightarrow p \wedge \sim q$, esta última exatamente com a forma da proposição P .
- 35 A negação da proposição P pode ser expressa por “Não defendo causas ruins com bons argumentos, ou defendo boas causas com argumentos ruins.”.
JUSTIFICATIVA - Certo. A proposição P tem estrutura $p \wedge q$, cuja negação pode ser expressa por $\sim p \vee \sim q$.
-

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Julgue os itens seguintes, relativos à administração pública — do modelo racional-legal ao paradigma pós-burocrático —, ao empreendedorismo governamental e novas lideranças no setor público, à gestão por resultados na produção de serviços públicos e à governabilidade e governança.

36 A gestão orientada para resultados efetivos depende, especialmente, do nível de qualificação profissional e remuneração das carreiras de Estado, bem como da geração de estímulos para a formação de novas lideranças no setor público.

JUSTIFICATIVA - Certo. A construção do paradigma de gestão pública empreendedora, orientada para resultados efetivos, depende, especialmente, do nível de qualificação profissional e remuneração das carreiras de Estado, bem como de geração de estímulos para a formação de novas lideranças no setor público. Esses atores devem estar motivados em direção a objetivos comuns, tendo como referência o desejo de servir ao público. Isso exige a vontade política dos governantes de priorizar a administração pública, por meio de investimentos em infraestrutura, máquinas e equipamentos, pesquisas e estímulos à inovação, bem como em capital humano, investindo fortemente no processo de seleção e formação continuada de gestores públicos.

37 A governança refere-se, entre outros aspectos, à capacidade dos poderes públicos de intermediar os interesses da sociedade civil.

JUSTIFICATIVA - Errado. A governabilidade refere-se às condições materiais do exercício do poder, à legitimidade e sustentação política dos governos para levar a cabo seu programa, ou para formular estratégias de desenvolvimento de longo prazo, ou ainda à capacidade dos poderes públicos de intermediar os interesses da sociedade civil, de articular coalizões políticas entre partidos e grupos sociais que apoiem o plano de governo. Governança, por outro lado, tem a ver com os aspectos mais adjetivos ou instrumentais do exercício do poder, seu fator determinante já não reside no apoio dos cidadãos, mas na competência dos administradores e servidores públicos no cumprimento das metas governamentais definidas politicamente. Naturalmente, uma governança eficiente aumenta a legitimidade da política estatal e, portanto, a governabilidade do país, assim como é aumentada por esta.

38 O paradigma para a ação pública centrada no Estado regulador busca a redução da intervenção direta e a ampliação de suas capacidades de coordenação.

JUSTIFICATIVA - Certo. A partir da década de 1980, começou-se a considerar a participação de atores da sociedade civil organizada na medida em que se delineava um novo paradigma para a ação pública centrada no Estado regulador, que busca a redução da intervenção direta e a ampliação de suas capacidades de coordenação. O enfoque das políticas públicas prenuncia-se, estando a sociedade inserida não como parte passiva, mas como agente atuante.

39 A visão de governo empreendedor se baseia na prestação de serviço mais eficiente para a população, apoiado nas práticas burocráticas e na busca de uma gestão por resultados, da promoção da transparência e do controle social.

JUSTIFICATIVA - Errado. O empreendedorismo governamental é a capacidade de inovar por meio de iniciativas e investimentos que buscam retornos econômicos para a região e para a administração pública. O empreendedorismo governamental é um movimento internacional que tem sido objeto de constante interesse de governantes para a formação do Estado moderno a fim de que o governo preste um serviço mais eficiente para a população, em oposição às práticas burocráticas, sendo um governo catalisador, que busca uma gestão por resultados, promoção da transparência e

do controle social, com foco no cliente cidadão e ações inovadoras.

Em relação às políticas públicas, julgue os itens a seguir.

40 Caracteriza-se como determinante estrutural da corrupção a maior dificuldade que certas estruturas burocráticas impõem aos agentes econômicos, o que aumenta a possibilidade de corrupção para se contornarem os empecilhos impostos pelo excesso de legislação.

JUSTIFICATIVA - Certo. Quanto aos determinantes estruturais da corrupção, destacam-se três principais fatores: i) o ambiente burocrático ou organizacional; ii) a qualidade da participação social; e iii) a congruência entre o sistema legal e as demandas sociais.

O primeiro determinante, bastante discutido na literatura, diz respeito à maior dificuldade (ou facilidade) que certas estruturas burocráticas podem exercer sobre os agentes econômicos, aumentando (ou diminuindo) a possibilidade de corrupção para contornar os empecilhos impostos pelo excesso de legislação.

41 Na análise custo-benefício aplicada à política pública, é possível comparar os custos monetários com os impactos positivos e benefícios gerados por um programa governamental.

JUSTIFICATIVA - Errado. Na análise custo-benefício aplicada à política pública, tenta-se descobrir:

1. se os benefícios sociais de cada alternativa superarão os seus custos sociais, ou seja, se vale a pena investir nessa política pública;

2. qual das alternativas trará melhor razão custo-benefício (RCB), ou seja, qual delas será a mais eficiente do ponto de vista econômico;

3. qual das alternativas trará maior valor social agregado, ou seja, qual delas tem potencial de trazer maior valor presente líquido (VPL), que são os benefícios líquidos à coletividade.

Avaliações de custo-efetividade comparam os custos em termos monetários com os impactos positivos e benefícios gerados pelo programa.

42 Uma política pública começa após a formulação de alternativas para a resolução de um problema, visto que, para que um problema comece a ser resolvido, é necessário que se encontrem soluções para ele na agenda do governo.

JUSTIFICATIVA - Errado. Uma política pública começa após a definição da agenda, uma vez que para que um problema comece a ser resolvido, ele precisa entrar na agenda do governo. A partir do momento em que uma questão passa a ser vista como um problema público, envolvendo processos sociais e políticos complexos, bem como circunstâncias favoráveis, ela constará na agenda de políticas públicas. Os passos seguintes são a formulação e a escolha de alternativas de políticas e a de tomada de decisão.

43 No processo de formulação de políticas públicas, os atores interagem, alocam recursos, constroem coalizões e resolvem conflitos em um cenário político.

JUSTIFICATIVA - Certo. Vários autores como Leonardo Secchi, Howlet, Matias-Pereira, John Kingdon, Ricardo Gomes, destacam a participação dos atores, também conhecidos como *stakeholders* no processo de formulação de políticas públicas, desde a sua formulação até sua implementação.

Acerca das ferramentas de análise de ambiente e indicadores de desempenho, julgue os itens a seguir.

44 Um indicador de desempenho é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo.

JUSTIFICATIVA - Errado. Um indicador social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo. Os

indicadores apontam, indicam, aproximam, traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse definidas a partir de escolhas teóricas ou políticas realizadas anteriormente. Indicadores de desempenho incluem indicadores de produtividade, qualidade, capacidade e indicadores estratégicos.

- 45** A análise SWOT deve considerar como insumos os resultados da revisão documental, entrevista com as lideranças e pesquisa com servidores, visando à busca de oportunidades de melhoria, à evidência de pontos fracos e ameaças e à otimização do desempenho.
JUSTIFICATIVA - Certo. A análise SWOT deverá considerar como insumos os resultados da revisão documental, entrevista com as lideranças e pesquisa com servidores. Esses resultados deverão compor a matriz de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. A análise SWOT deverá ser feita em reunião técnica a ser realizada com a equipe de desenvolvimento do planejamento estratégico.

Com base nas normas de auditoria aplicáveis aos tribunais de contas, julgue os seguintes itens, referentes às auditorias operacionais e avaliações de programas de governo.

- 46** O critério utilizado nas auditorias operacionais e avaliações de programas de governo pode basear-se no conhecimento do auditor acerca das melhores práticas relacionadas ao modo como as atividades são realizadas para serem mais econômicas e eficientes.
JUSTIFICATIVA - CERTO: Nas auditorias de conformidade e de demonstrações financeiras, o critério costuma ser inequívoco (a lei, a norma, o contrato, etc.). Já nas auditorias operacionais e avaliações de programas de governo, o critério deve ser estabelecido pelo auditor. A NBASP 3000, no item 46, estabelece que “os critérios nem sempre estão prontamente disponíveis para o auditor; eles normalmente se baseiam no conhecimento das melhores práticas sobre como as atividades são realizadas para serem mais econômicas e eficientes (ou que condições são as mais favoráveis para o bom desempenho e a efetividade).”
- 47** A materialidade corresponde ao valor financeiro envolvido diretamente na execução do objeto auditado.
JUSTIFICATIVA - Errado. O conceito de materialidade está associado à importância relativa de uma questão em relação ao seu contexto. Em se tratando de auditoria operacional ou avaliação de programa de governo, essa importância pode não estar relacionada ao valor financeiro. A NBASP 300 estabelece no item 33 que “Os auditores devem considerar a materialidade em todas as fases do processo de auditoria. Atenção deve ser dada não somente aos aspectos financeiros, mas também aos aspectos sociais e políticos do objeto, com o objetivo de entregar tanto valor agregado quanto seja possível.”
- 48** O Poder Legislativo pode demandar ao tribunal de contas a realização de uma avaliação de política pública.
JUSTIFICATIVA - Certo. A Norma Brasileira de Auditoria do Setor Público – NBASP 9020 estabelece, no item 3.2, que “Uma entidade pode decidir realizar uma avaliação de política pública por iniciativa própria ou por demanda de uma autoridade pública, do Legislativo, ou do Executivo (denominado de demandante).”

Julgue os itens que se seguem, relativos ao planejamento da auditoria.

- 49** Se o auditor optar pela realização de uma análise de problema, ele deve, após identificar os riscos gerais e os específicos, avaliar as respostas da administração a esses riscos, inclusive no tocante ao desenho e implementação de controles internos.
JUSTIFICATIVA - Errado. O auditor deve escolher uma das seguintes opções: avaliação de risco ou análise de problema. O procedimento descrito no item é característico de avaliação de

risco, e não de análise de problema. De acordo com a NBASP 100, item 46, “Os auditores devem realizar uma avaliação de risco ou análise de problema, e revisá-la, se necessário, em resposta aos achados de auditoria. A natureza dos riscos identificados variará de acordo com o objetivo da auditoria. O auditor deve considerar e avaliar o risco de diferentes tipos de deficiências, desvios ou distorções que possam ocorrer em relação ao objeto. Tanto riscos gerais como específicos devem ser considerados. Isso pode ser alcançado mediante procedimentos que servem para obter um entendimento da entidade ou do programa e seu ambiente, incluindo os controles internos relevantes. O auditor deve avaliar as respostas da administração aos riscos identificados, incluindo o desenho e a implementação de controles internos para tratá-los.”

- 50** Em se tratando de auditoria de demonstrações contábeis, o planejamento poderá ser mais extenso na primeira auditoria conduzida na entidade.

JUSTIFICATIVA - Certo. O entendimento da natureza da entidade demandará maior extensão da fase de planejamento na primeira auditoria conduzida na entidade. De acordo com a NBASP 200, item 32, “A natureza e a extensão do planejamento necessário dependerão de se tratar da primeira auditoria da entidade ou de uma auditoria recorrente, do tamanho e da complexidade da entidade, bem como da experiência anterior dos membros da equipe com a entidade.”

- 51** Na elaboração da matriz de planejamento, é prescindível a previsão de campo para registro das informações requeridas e suas respectivas fontes.

JUSTIFICATIVA - Errado. O registro das informações requeridas e de suas fontes é essencial na matriz de planejamento. De acordo com o Manual de Auditoria e Demais Fiscalizações - Parte Geral, do TCDF, em seu item 1.9 do Capítulo I do Título 3, “A matriz de planejamento deverá conter os seguintes campos (Apêndice XVII): ... e) informações requeridas e a respectiva fonte;”.

Em relação aos tipos e à execução da auditoria, julgue os próximos itens.

- 52** Em cumprimento ao princípio da confidencialidade, os achados preliminares da auditoria devem ser discutidos com o supervisor da auditoria, não podendo o auditado tomar conhecimento deles antes da divulgação do relatório definitivo.

JUSTIFICATIVA - Errado. As normas internacionais de auditoria estabelecem a necessidade de discussão dos achados preliminares com a entidade auditada, para garantir que estes sejam completos, precisos e apresentados de forma justa. Nos termos da NBASP 100, item 49, “Os achados preliminares devem ser comunicados e discutidos com a entidade auditada para confirmar sua validade.” O princípio da confidencialidade diz respeito ao tratamento de informações confidenciais, e não ao relacionamento do auditor com a entidade auditada.

- 53** O auditor deve usar de ceticismo profissional, ou seja, deve manter distanciamento e desconsiderar eventuais argumentos que não estejam alinhados às suas convicções.

JUSTIFICATIVA - Errado. O ceticismo profissional é um dos princípios que regem a atuação do auditor e caracteriza-se pela abertura de mente. De acordo com o item 37 da NBASP 100, “Ceticismo profissional significa manter distanciamento profissional e uma atitude alerta e questionadora quando avalia se a evidência obtida ao longo da auditoria é suficiente e apropriada. Também significa manter a mente aberta e receptiva a todos os pontos de vista e argumentos.”

- 54** O objetivo de uma auditoria de conformidade é avaliar se atividades, transações financeiras e informações cumprem as normas que regem a entidade auditada.

JUSTIFICATIVA - Certo. A auditoria de conformidade visa avaliar

se as normas de regência estão sendo cumpridas em todos os seus aspectos relevantes. Nesse sentido, ela difere da auditoria de demonstrações contábeis, que tem por objetivo determinar se a informação financeira de uma entidade é apresentada em conformidade com a estrutura de relatório financeiro e o marco regulatório aplicável. A NBASP 100, em seu item 22, estabelece que “A auditoria de conformidade é realizada para avaliar se atividades, transações financeiras e informações cumprem, em todos os aspectos relevantes, as normas que regem a entidade auditada. Essas normas podem incluir regras, leis, regulamentos, resoluções orçamentárias, políticas, códigos estabelecidos, acordos ou os princípios gerais que regem a gestão financeira responsável do setor público e a conduta dos agentes públicos.”

Em auditoria de obra pública, o auditor visitou o local da obra e obteve evidência de que o material utilizado no revestimento de piso era cimentado e, portanto, de qualidade inferior ao revestimento cerâmico previsto no edital e no contrato.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item subsequente.

- 55** Na auditoria da obra pública em questão, o auditor aplicou a técnica de inspeção física.

JUSTIFICATIVA - Certo. A inspeção física, também chamada de verificação *in loco*, é a técnica de auditoria na qual o auditor visita o local onde o objeto da auditoria se desenvolve, a fim de comprovar, entre outras características, a qualidade da execução do objeto. Nos termos do Apêndice XXVIII do Manual de Auditoria e Demais Fiscalizações do TCDF – Parte Geral, “verificação *in loco* (ou inspeção física): o uso dessa técnica permite ao auditor comprovar e formar opinião sobre: (i) existência física: comprovação da existência do item; (ii) identificação: comprovação da identificação patrimonial dos bens públicos; (iii) autenticidade: discernimento da fidedignidade do item; (iv) quantidade: apuração da quantidade real física; e (v) qualidade: comprovação visual ou laboratorial de que o objeto examinado permanece em perfeitas condições de uso”.

No que diz respeito aos agentes públicos, julgue os itens seguintes à luz da Lei Complementar distrital n.º 840/2011, da Constituição Federal de 1988 (CF) e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

- 56** Viola a CF a fixação de critério de desempate em concursos públicos que favoreça candidatos pertencentes ao quadro funcional de servidores de determinado ente federativo.

JUSTIFICATIVA - Certo. O entendimento do STF é consolidado no sentido da impossibilidade, por razões de inconstitucionalidade, de previsão de regra editalícia em concurso público que favoreça candidatos em razão de serem do serviço público de determinado ente federativo (ADI 5.358, rel. Roberto Barroso, julgamento em 30/11/2020, Pleno, DJe de 15/12/2020).

- 57** O candidato aprovado em cadastro de reserva adquirirá o direito subjetivo à nomeação caso sua posição passe a se enquadrar nas vagas imediatas previstas no edital devido à desistência de candidatos nomeados classificados nas vagas imediatas.

JUSTIFICATIVA - Certo. Recentemente, o STF firmou o entendimento de que o candidato aprovado em cadastro de reserva tem direito à nomeação se candidatos aprovados dentro das vagas imediatas desistirem e, por isso, a nova posição daquele candidato ficar dentro das vagas imediatas (Rcl 55.801 AgR, rel. min. Edson Fachin, julgamento em 24/10/2023, 2.ª Turma, DJe de 8/11/2023).

- 58** Caso se verifique que um servidor acumula ilicitamente cargos públicos, deverá ser imediatamente instaurado processo administrativo disciplinar para apuração e regularização de sua situação funcional.

JUSTIFICATIVA - Errado. Nos termos do art. 48, §§ 1.º a 3.º, da LC n.º 840/2011, caso seja identificada a acumulação ilícita de cargos efetivos, o servidor deverá ser notificado para realizar a opção por um dos cargos. O PAD só deve ser instaurado se o servidor não realizar tal opção.

Em relação aos princípios constitucionais da administração pública e à responsabilidade extracontratual do Estado, julgue os itens a seguir com base na CF e na jurisprudência do STF.

- 59** A responsabilidade extracontratual das pessoas jurídicas de direito público e das de direito privado prestadoras de serviços públicos por atos comissivos é objetiva e baseia-se na teoria do risco administrativo.

JUSTIFICATIVA - Certo. A Constituição Federal de 1988 (art. 37, § 6.º) e a jurisprudência consolidada do STF (e.g. ARE 1.385.315, voto do rel. min. Edson Fachin, julgamento em 11/4/2024, Pleno, DJe de 13/6/2024, Tema n.º 1.237, com mérito julgado) adotam a responsabilidade objetiva com base na teoria do risco administrativo.

- 60** Em observância aos princípios da publicidade e da impessoalidade, a publicidade dos atos e das campanhas dos órgãos públicos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, deles não podendo constar nomes que caracterizem a promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

JUSTIFICATIVA - Certo. Trata-se da norma prevista no art. 37, §1.º, da Constituição Federal de 1988, decorrente, de acordo com a doutrina, dos princípios da publicidade e da impessoalidade.

No que se refere ao controle da administração pública e ao processo administrativo, julgue os itens a seguir.

- 61** Um órgão administrativo e o seu titular podem delegar parte da sua competência para editar atos normativos a outros órgãos ou titulares, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.

JUSTIFICATIVA - Errado. Nos termos do art. 13, I, da Lei n.º 9.784/1999, aplicável ao GDF por força da Lei distrital n.º 2.834/2001, a competência para editar atos normativos é indelegável.

- 62** Pessoas com deficiência física ou mental têm prioridade na tramitação de processos administrativos em qualquer órgão ou instância da administração pública direta ou indireta.

JUSTIFICATIVA - Certo. Lei n.º 9.784/1999: “Art. 69-A. Terão prioridade na tramitação, em qualquer órgão ou instância, os procedimentos administrativos em que figure como parte ou interessado: (...) II pessoa portadora de deficiência, física ou mental;”.

- 63** As consequências práticas da decisão e a avaliação das alternativas possíveis não são elementos obrigatórios da atividade de controle exercida pelos tribunais de contas e pelo Poder Judiciário na análise da validade de ato ou contrato administrativo.

JUSTIFICATIVA - Errado. A LINDB (Decreto-lei n.º 4.657/1942) inovou o controle da administração pública ao incorporar a importância do consequencialismo e da avaliação das alternativas possíveis: “Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão. Parágrafo único. A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas.”.

De acordo com a Lei n.º 14.133/2021, julgue os itens a seguir, referentes a licitações e contratos administrativos.

64 Os contratos administrativos devem ter a forma escrita, porém admite-se também sua forma eletrônica, sendo permitido conferir sigilo a seus termos aditivos, quando imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, nos termos da legislação que regula o acesso à informação.

JUSTIFICATIVA - Certo. O *caput* do art. 91 da Lei n.º 14.133/2021 determina a forma escrita dos contratos administrativos, seu § 3.º admite a forma eletrônica e seu § 1.º autoriza a manutenção de sigilo em situações específicas, consoante os termos da Lei de Acesso à Informação.

65 As contratações públicas devem submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, sujeitando-se ao controle externo realizado pelos tribunais de contas, que integram a primeira linha de defesa.

JUSTIFICATIVA - Errado. Os tribunais de contas, como controle externo, integram a terceira linha de defesa, nos termos do art. 169, III, da Lei n.º 14.133/2021.

A respeito dos princípios fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), da aplicabilidade das normas constitucionais, do controle de constitucionalidade e do poder de reforma constitucional, julgue os itens que se seguem.

66 O controle difuso de constitucionalidade ocorre na via judicial e, no curso de determinado processo judicial concreto, qualquer uma das partes pode vir a suscitar, de forma incidental, uma controvérsia de natureza constitucional.

JUSTIFICATIVA - Certo. A característica essencial do controle incidental de constitucionalidade consiste no fato de que ele costuma ocorrer na via judicial, suscitado por qualquer das partes, pelo Ministério Público ou, de ofício, pelo órgão jurisdicional, e vale, em regra, apenas para a decisão daquele processo.

67 Os limites impostos pelo poder reformador são previstos apenas no texto constitucional, como forma de reduzir a amplitude desse poder, que emana do povo.

JUSTIFICATIVA - Errado. Apesar de, realmente, o poder reformador se originar no povo, que o exerce de forma indireta, por seus representantes, esse poder não esbarra apenas em limitações explícitas na constituição, mas também em limites implícitos, de modo a não descaracterizar o próprio sistema constitucional.

68 Em um processo criminal, ainda que observado o devido processo legal, a imposição de prisão ao réu antes da condenação criminal definitiva viola o princípio da dignidade humana.

JUSTIFICATIVA - Errado. A imposição de prisão antes de condenação criminal definitiva, ou seja, a imposição das chamadas prisões cautelares, não fere o princípio da dignidade humana, desde que se faça de acordo com o devido processo legal. A CF não prevê proibição apriorística de prisão processual.

69 As normas programáticas destinam-se a estabelecer formas de atuação futura para o poder público e, apesar de terem eficácia limitada, são providas de certo nível de eficácia jurídica.

JUSTIFICATIVA - Certo. Uma das finalidades das normas constitucionais programáticas é exatamente a definição de políticas públicas e de objetivos para a ação estatal, mas isso não significa que sejam desprovidas de certo nível de eficácia imediata, ainda que não seja plena. Todas as normas constitucionais possuem um mínimo de eficácia, a consistir, por exemplo, em se prestar como parâmetro para o controle de constitucionalidade, bem assim orientar a interpretação normativa e a elaboração da legislação

infraconstitucional.

No que se refere aos direitos e deveres individuais e coletivos e aos direitos políticos, julgue os itens seguintes.

70 Os casos de inelegibilidade, que se caracterizam como formas de restrição dos direitos políticos, são previstos tanto na CF quanto em legislação infraconstitucional relativa ao tema.

JUSTIFICATIVA - Certo. Tanto a CF estabelece, em si, casos de inelegibilidade como autoriza, no seu art. 14, § 9.º, que a legislação infraconstitucional, via lei complementar, preveja outros. Esses casos estão disciplinados na Lei das Inelegibilidades — Lei Complementar n.º 64/1990, alterada, entre outras, pela Lei Complementar n.º 135/2010 (a chamada Lei da Ficha Limpa).

71 O *habeas corpus* é uma ação tipicamente constitucional que visa proteger um direito fundamental e evitar ofensa à liberdade de locomoção, sendo necessária a constituição de advogado para a sua propositura.

JUSTIFICATIVA - Errado. A ação de *habeas corpus* é, de fato, um direito fundamental previsto na CF (art. 5.º, inciso LXVIII), mas, para sua propositura, não é necessário constituir advogado, pois essa ação tem natureza de ação popular, isto é, qualquer pessoa pode requerer ordem de *habeas corpus*.

No que se refere ao processo legislativo e às comissões parlamentares de inquérito (CPI), julgue os itens a seguir.

72 Pode ser criada CPI para elucidar fatos determinados de interesse público, mas não para apurar fatos que já sejam objeto de investigação criminal do Ministério Público ou da polícia.

JUSTIFICATIVA - Errado. As CPI devem ter como objeto fato oriundo de determinação constitucional (art. 58, § 3.º), mas nada impede que se destinem a esclarecer fatos potencialmente típicos (do ponto de vista penal), ainda que já sejam objeto de investigações do Ministério Público e da polícia.

73 Uma das formas de o chefe do Poder Executivo participar do processo legislativo se dá pela sanção, que representa a sua concordância, expressa ou tácita, com projeto de lei aprovado pelo Poder Legislativo.

JUSTIFICATIVA - Certo. A sanção do chefe do Poder Executivo (presidente da República, governador de estado ou prefeito municipal) consiste na concordância dele com projeto de lei aprovado no Poder Legislativo. Ela pode ocorrer de forma expressa ou tácita — nesta última hipótese, o chefe do Poder Executivo não veta, no prazo constitucional, o projeto.

Acerca do Poder Judiciário e do Ministério Público, julgue os itens seguintes.

74 Apesar da garantia de vitaliciedade dos membros do Ministério Público, é possível a perda do seu cargo em razão de decisão judicial ou de sanção administrativa, sendo-lhes permitido o afastamento de suas funções apenas em caso de licença ou aposentadoria.

JUSTIFICATIVA - Errado. O membro do Ministério Público não poderá perder seu cargo por sanção administrativa. De acordo com o art. 128, § 5.º, I, “a”, da CF, não poderá perder seu cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.

75 As causas que o Supremo Tribunal Federal (STF) tem competência para julgar dividem-se entre aquelas que lhe chegam por meio da interposição de recursos e aquelas que são iniciadas diretamente nesse tribunal.

JUSTIFICATIVA - Certo. Essa divisão de causas corresponde aos dois conjuntos que tecnicamente constituem a competência recursal

(causas que chegam ao STF por meio de recursos previstos na legislação processual) e a competência originária (causas que se iniciam diretamente no STF, isto é, que já principiam nele).

Julgue os próximos itens, relativos a dado, informação, conhecimento e inteligência.

76 É possível que grandes dados numéricos ou textuais não sejam estruturados em razão da ineficiência em modelá-los como uma tabela.

JUSTIFICATIVA - Certo. Dados estruturados e dados não estruturados são duas grandes categorias de dados coletáveis. Dados estruturados são aqueles que se encaixam perfeitamente nas tabelas de dados e incluem tipos de dados discretos, como números, textos curtos e datas. Dados não estruturados não se encaixam perfeitamente em uma tabela de dados devido ao seu tamanho ou natureza: por exemplo, arquivos de áudio e vídeo e documentos de texto grandes. Às vezes, dados numéricos ou textuais podem não ser estruturados, porque é ineficiente modelá-los como uma tabela. Por exemplo, dados de sensor são um fluxo constante de valores numéricos, mas a criação de uma tabela com duas colunas (carimbo de data/hora e valor do sensor) seria algo ineficiente e impraticável. Tanto dados estruturados quanto dados não estruturados são essenciais na análise moderna.

77 Informação é a capacidade de compreender, interpretar e aplicar dados de forma estratégica.

JUSTIFICATIVA - Errado. Segundo a literatura de referência, a diferença entre dados e informação é importante porque mostra que não basta coletar dados. É preciso saber como transformá-los em informação útil e relevante para o negócio. Para isso, é necessário contar com ferramentas e técnicas adequadas, como sistemas de gestão, bancos de dados, planilhas, gráficos, relatórios, *dashboards*, inteligência artificial, entre outras.

Ao utilizá-las, a pessoa dará um passo além da informação e gerará conhecimento, que é a capacidade de compreender, interpretar e aplicar a informação de forma estratégica. O conhecimento permite a tomada de decisões mais assertivas e a criação de soluções inovadoras.

Portanto, a diferença entre dados e informação é essencial para entender como a tecnologia pode contribuir para o melhor gerenciamento do negócio. Os dados são a matéria-prima, a informação é o produto final e o conhecimento é o diferencial.

Acerca de banco de dados, julgue o item a seguir.

78 *Queries* que determinam *views* apenas podem ser originadas de tabelas.

JUSTIFICATIVA - Errado. *View* pode ser definida como uma tabela virtual composta por linhas e colunas de dados vindos de tabelas relacionadas em uma *query* (um agrupamento de SELECT, por exemplo). As linhas e colunas da *view* são geradas dinamicamente no momento em que é feita uma referência a ela. A *query* que determina uma *view* pode vir de uma ou mais tabelas, ou até mesmo de outras *views*.

A respeito de modelagem dimensional, julgue os itens que se seguem.

79 A modelagem de dados dimensional, em comparação a outros tipos de modelagem de dados, possibilita melhor compreensão dos processos da empresa, pois a forma de organização da apresentação dos registros permite melhor compreensão dos processos de negócio e dos seus impactos.

JUSTIFICATIVA - Certo. A modelagem de dados dimensional utiliza tabelas de fatos e dimensões. Essa maneira de organizar dados facilita a compreensão dos processos do negócio e os seus impactos. Ela organiza a apresentação dos registros de uma maneira muito mais robusta e personalizável.

80 No modelo dimensional, tabela fato determina o contexto em que ocorreram os fatos, ao passo que tabela dimensão representa transações, acontecimentos ou outras atividades utilizadas para a medição do funcionamento e dos resultados dos processos de negócio.

JUSTIFICATIVA - Errado. O modelo dimensional é formado por dois tipos de tabela: tabela fato, que representa transações, acontecimentos, ou outras atividades que são utilizadas para medir o funcionamento e os resultados dos processos de negócio; e tabela dimensão, que determina o contexto em que ocorreram os fatos, normalmente presentes em cabeçalhos de linhas no conjunto resposta de consultas realizadas pelos usuários.

Julgue os itens subsecutivos, referentes a mineração de dados.

81 Na modelagem da metodologia CRISP-DM, métodos como validação cruzada e métricas de desempenho são empregados para se avaliar o quão bem os modelos se saem em dados não vistos.

JUSTIFICATIVA - Errado. A metodologia CRISP-DM é composta por seis fases interativas que guiam os profissionais de ciência de dados durante todo o processo de descoberta de conhecimento a partir de dados.

- **Compreensão do negócio (*business understanding*):** antes de iniciar um projeto de análise de dados, é essencial compreender o contexto e os objetivos do negócio; nesta fase, são definidas claramente as metas do projeto, alinhadas aos objetivos estratégicos da organização.

- **Compreensão dos dados (*data understanding*):** coletar dados relevantes é fundamental para o sucesso do projeto; nesta fase, exploram-se os dados disponíveis, identificamos lacunas e problemas potenciais, e avaliamos a qualidade e a adequação dos dados para o projeto.

- **Preparação dos dados (*data preparation*):** os dados brutos raramente estão prontos para a análise; nesta fase, realiza-se a limpeza dos dados, tratam-se os valores ausentes ou inconsistentes e integram-se diferentes fontes de dados; o objetivo é criar um conjunto de dados preparados para as etapas subsequentes.

- **Modelagem (*modeling*):** a fase de modelagem envolve a aplicação de técnicas e algoritmos de modelagem de dados aos dados preparados; selecionam-se as técnicas mais adequadas, como regressão, classificação ou agrupamento, e ajustam-se e avaliam-se os modelos para garantir sua precisão e eficácia.

- **Avaliação (*evaluation*):** a avaliação dos modelos desenvolvidos é crucial para medir sua qualidade e desempenho; nesta fase, utilizam-se métodos como validação cruzada e métricas de desempenho para avaliar o quão bem os modelos se saem em dados não vistos e, com base nessa avaliação, os modelos podem ser ajustados e aprimorados, se necessário.

- **Implantação (*deployment*):** A fase final da metodologia CRISP-DM é a implantação do modelo em um ambiente de produção; integra-se o modelo aos sistemas existentes, monitora-se seu desempenho contínuo e garante-se a sua adoção pela equipe de negócios.

82 A mineração de dados é o processo de descoberta de padrões e de outras informações valiosas de grandes conjuntos de dados.

JUSTIFICATIVA - Certo. A mineração de dados, também conhecida como descoberta de conhecimento em dados (KDD), é o processo de descoberta de padrões e outras informações valiosas de grandes conjuntos de dados. Em razão da evolução da tecnologia de armazenamento de dados e do crescimento do *Big Data*, a adoção de técnicas de mineração de dados acelerou rapidamente nas últimas duas décadas, tendo ajudado as empresas a transformar seus dados brutos em conhecimento útil. No entanto, apesar de a tecnologia evoluir continuamente, os líderes ainda enfrentam desafios com escalabilidade e automação para lidar com dados em grande escala.

Julgue os itens subsequentes, que versam sobre *Big Data* e visualização e análise exploratória de dados.

83 Em *Big Data*, a análise preditiva visa recomendar ações específicas para a identificação de situações em que os resultados da análise podem ser usados para melhorar a eficiência, a eficácia e a produtividade das empresas.

JUSTIFICATIVA - Errado. O objetivo na coleta e manutenção de uma grande quantidade de dados é a geração de valor, por isso são realizadas análises com objetivos específicos.

- Análise descritiva: nesse tipo de análise, os dados são usados para descrever o que aconteceu no passado, podendo-se identificar padrões, tendências e anomalias nos dados.

- Análise diagnóstica: usada para se entender por que algo aconteceu; nesse caso, o interesse é identificar as causas de problemas que já foram notados.

- Análise preditiva: faz-se uma projeção do que irá acontecer no futuro com base em experiências passadas.

- Análise prescritiva: o foco é recomendar ações específicas a serem tomadas, podendo-se usar os resultados da análise para melhorar a eficiência, a eficácia e a produtividade das empresas.

- É importante observar que a escolha do tipo de análise a ser aplicada depende tanto do problema quanto dos dados disponíveis. Diferentes cenários podem exigir mais de um tipo de análise.

84 A análise exploratória de dados favorece a identificação da melhor forma de se manipularem fontes de dados para a descoberta de padrões, identificação de anomalias, testagem de hipótese ou verificação de suposições.

JUSTIFICATIVA - Certo. A análise exploratória de dados (EDA) é usada por cientistas de dados para analisar e investigar conjuntos de dados e resumir suas principais características, muitas vezes pelo emprego de métodos de visualização de dados. A EDA ajuda a determinar a melhor maneira de manipular fontes de dados para obter as respostas necessárias, facilitando para os cientistas de dados descobrir padrões, identificar anomalias, testar uma hipótese ou verificar suposições. A EDA é usada principalmente para a percepção do que os dados podem revelar além da modelagem formal ou tarefa de teste de hipóteses e proporciona uma melhor compreensão das variáveis do conjunto de dados e das relações entre elas. Também pode ajudar a determinar se as técnicas estatísticas consideradas para análise de dados são apropriadas.

85 *Big Data* são dados não estruturados, em escala de *exabytes*, criados por *sites* de mídia social, transações financeiras e pela própria Internet, sendo muito vastos para serem estruturados em bancos de dados relacionais tradicionais.

JUSTIFICATIVA - Certo. *Big Data* são dados não estruturados, em escala de *exabytes*, criados por *sites* de mídia social, transações financeiras e pela própria Internet; são muito vastos para serem estruturados em bancos de dados relacionais tradicionais. É preciso aprendizado de máquina e IA para descobrir padrões e extrair percepções.

Em relação à natureza, competência e jurisdição do TCDF, segundo a sua lei orgânica, julgue os itens seguintes.

86 A indicação de nome para preenchimento de cargos comissionados nos setores de apoio administrativo do TCDF, excetuados os cargos relativos aos gabinetes da Presidência da corte, dos conselheiros e dos auditores, depende de prévia aprovação em sessão administrativa.

JUSTIFICATIVA - Certo. Como regra, o provimento de cargos em comissão no TCDF depende de prévia aprovação em sessão administrativa. As únicas exceções são os cargos comissionados referentes aos gabinetes da Presidência, dos conselheiros e dos auditores, de acordo com o disposto no art. 4.º, § 2.º, da Lei Orgânica do TCDF.

87 O TCDF pode fiscalizar de ofício irregularidade na aplicação de recurso público distrital, independentemente da iniciativa de qualquer órgão ou autoridade.

JUSTIFICATIVA - Certo. Os tribunais de contas podem agir tanto de ofício quanto por provocação através da iniciativa de algum órgão ou autoridade pública. No âmbito do TCDF, essa possibilidade está prevista no art. 1.º, § 3.º, da Lei Orgânica do TCDF.

88 Compete ao TCDF julgar as contas do governador do DF e dos demais administradores de valores públicos.

JUSTIFICATIVA - Errado. O TCDF não detém competência para julgar as contas do governador do DF, mas apenas para apreciá-las e emitir parecer prévio para subsidiar o julgamento a ser realizado pela Câmara Legislativa do DF, e não pela corte de contas. É o que dispõe o art. 1.º, I, da Lei Orgânica do TCDF.

89 Diferentemente do que ocorre com os atos de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição, os atos de concessão de aposentadoria por invalidez não são registrados pelo TCDF, uma vez que seguem o rito próprio conduzido pela junta médica oficial do órgão.

JUSTIFICATIVA - Errado. No registro dos atos de concessão de aposentadoria, a CF e a lei não fazem qualquer distinção em relação à aposentadoria por invalidez. Assim, o ato de concessão da aposentadoria por invalidez também deve ser registrado pelo TCDF tal como as demais modalidades de aposentadoria. É o que dispõe o art. 1.º, III, da Lei Orgânica do TCDF.

A respeito da composição do TCDF, do seu Plenário, das suas câmaras e das competências do seu presidente, julgue os itens que se seguem.

90 Cabe ao presidente dirigir o TCDF, devendo aquele solicitar autorização do Plenário do tribunal para movimentar as dotações e os créditos orçamentários do órgão.

JUSTIFICATIVA - Errado. A competência do presidente do TCDF para movimentar as dotações e os créditos orçamentários do órgão independe de autorização do plenário da corte, conforme estabelece o art. 68, I e IV, da Lei Orgânica do TCDF.

91 O auditor, ao substituir um conselheiro, terá as mesmas garantias e prerrogativas do titular, não podendo, entretanto, tomar parte nas eleições para presidente do TCDF.

JUSTIFICATIVA - Certo. O item está certo e evidencia a interpretação e a aplicação conjunta do art. 63, § 3.º, c/c art. 67, § 8.º, da Lei Orgânica do TCDF.

A respeito dos conselheiros, dos auditores e do Ministério Público, julgue os itens seguintes, de acordo com a Lei Orgânica do TCDF.

92 Integram o Ministério Público que atua junto ao TCDF procurador-geral, procurador-corregedor e procurador-ouvidor, eleitos para mandato de 2 anos, permitida uma recondução.

JUSTIFICATIVA - Certo. O Ministério Público junto ao TCDF possui procurador-geral, procurador-corregedor e procurador-ouvidor. O mandato de cada uma dessas funções é de 2 anos, admitindo-se apenas uma recondução pelo mesmo período. Logo, o prazo consecutivo máximo de desempenho de cada uma daquelas funções é de 4 anos. É o que dispõem os arts. 76-A e 76-B da Lei Orgânica do TCDF.

93 Os conselheiros e os auditores do TCDF adquirem a vitaliciedade com a posse nos respectivos cargos.

JUSTIFICATIVA - Errado. Somente os conselheiros adquirem a vitaliciedade com a posse no cargo. A vitaliciedade dos auditores é adquirida após dois anos de exercício no cargo, nos termos do art.

75, *caput*, da Lei Orgânica do TCDF.

- 94 O requisito de notório conhecimento jurídico, contábil, econômico e financeiro ou de administração pública para ocupar o cargo de conselheiro pode ser substituído pela comprovação do exercício, por mais de 10 anos, de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados.

JUSTIFICATIVA - Errado. Os requisitos legais para ocupar o cargo de conselheiro não podem ser substituídos. Os dois predicativos mencionados na assertiva são requisitos cumulativos, e não alternativos, ou seja, o conselheiro do TCDF deve possuir, além do notório conhecimento em alguma das áreas técnicas mencionadas, a experiência profissional de mais de 10 anos. O art. 69 da Lei Orgânica do TCDF dispõe acerca dos requisitos para ocupar o cargo de conselheiro do TCDF.

Em relação aos serviços auxiliares do TCDF, julgue o item a seguir.

- 95 Ao servidor responsável pela execução dos serviços administrativos no TCDF é assegurada a prerrogativa de livre ingresso em órgãos e entidades sujeitos à jurisdição desse tribunal de contas.

JUSTIFICATIVA - Errado. A prerrogativa de livre ingresso em órgãos e entidades sujeitos à jurisdição do tribunal de contas é atribuída apenas ao servidor que exerce funções específicas de controle externo no TCDF, ou seja, não alcança os servidores responsáveis pela execução dos serviços administrativos. É o que dispõe o art. 77, *caput*, c/c art. 78, *caput*, e art. 79, I, da Lei Orgânica do TCDF.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS --

Com base na legislação brasileira sobre arquivo e em princípios e conceitos arquivísticos, julgue os itens que se seguem.

- 96** O órgão central do Sistema Nacional de Arquivos é o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.
JUSTIFICATIVA - Errado. O órgão central do Sistema Nacional de Arquivos é o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). É o que estabelece o art. 2.º do Decreto n.º 4.073/2002.
- 97** O conceito de ciclo de vida dos documentos foi desenvolvido pelo arquivista americano T. R. Schellenberg, que escreveu sobre o período de vida útil dos documentos, que compreende desde o uso corrente até o destino final.
JUSTIFICATIVA - Certo. O conceito de ciclo de vida é um conceito de uso comum. Ele indica que os documentos não são estáticos, mas tem uma vida similar ao de organismos biológicos: nascem, vivem e morrem. A ideia foi desenvolvida na América do Norte por Schellenberg, que escreveu sobre o período da vida útil dos documentos, que inclui o uso corrente até a destinação final.
- 98** Organicidade consiste na característica de os documentos de arquivo serem únicos, produzidos em um único exemplar.
JUSTIFICATIVA - Errado. No contexto de arquivos e arquivologia, organicidade corresponde à característica de os documentos de arquivo estarem inter-relacionados e fazerem parte de um todo maior, resultante das atividades e funções da entidade (pessoa, instituição ou organização) que os produziu ou acumulou. Essa relação é natural e surge de forma orgânica, ou seja, os documentos não são criados isoladamente, mas em função das atividades e processos administrativos, legais ou operacionais da entidade.
- 99** Os documentos de arquivo devem abranger conteúdo, contexto e estrutura.
JUSTIFICATIVA - Certo. Os documentos de arquivo devem possuir conteúdo, contexto e estrutura. Conteúdo: um documento deve refletir os fatos sobre a atividade. Contexto: o documento deve estar apoiado por informação sobre as circunstâncias em que foi criado e usado. Estrutura: o documento deve refletir os relacionamentos entre suas partes constituintes.
- 100** Uma das competências do Conselho Nacional de Arquivos é estabelecer diretrizes para o funcionamento do Sistema Nacional de Arquivos, com vistas à gestão, à preservação e ao acesso aos documentos de arquivos.
JUSTIFICATIVA - Certo. O art. 2.º, inciso I, do Decreto n.º 4.073/2002, dispõe que compete ao CONARQ estabelecer diretrizes para o funcionamento do SINAR, visando à gestão, à preservação e ao acesso aos documentos de arquivos.
- 101** O conceito de proveniência, tradicionalmente associado à origem dos documentos, foi reinterpretado, sendo atualmente entendido como o vínculo material entre um conjunto documental e um único produtor.
JUSTIFICATIVA - Errado. Tradicionalmente entendido como uma referência à origem administrativa dos documentos, o termo proveniência é agora frequentemente reinterpretado para incluir uma compreensão das funções e atividades subjacentes à criação e manutenção dos documentos. Inclusive, trata-se de um conceito intelectual e não mais material, relacionado, também, à multiproveniência, ou seja, a um conjunto documental e vários produtores.

Considerando as normas nacionais e internacionais de arquivo e de gestão de documentos, julgue os itens a seguir.

- 102** O sistema de gestão de documentos de arquivo de determinada organização deve ser documentado e incluir

declarações sobre o seu escopo e o diagnóstico da situação arquivística da organização.

- JUSTIFICATIVA - Errado. A organização deve documentar seu SGDA e deve incluir declarações autorizadas sobre: o escopo do SGDA; as políticas e os objetivos; a interdependência e os relacionamentos entre o SGDA e outros sistemas; procedimentos documentados; documentação determinada pela organização como necessária. Não há menção sobre diagnóstico. ABNT NBR ISO 30301.
- 103** Entre os princípios da Norma Brasileira de Descrição Arquivística, encontra-se a descrição multinível, que consiste na organização dos documentos de arquivo de forma hierárquica, em que cada nível fornece mais detalhes à medida que se avança na descrição, sendo um desses níveis a subsérie.
JUSTIFICATIVA - Certo. Os níveis de descrição são os seguintes: fundo, seção, série, subsérie, dossiê e item. Brasil. Conselho Nacional de Arquivos. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
- 104** A tomada de decisão baseada na evidência é um dos princípios em que se assenta o sistema de gestão de documentos.
JUSTIFICATIVA - Certo. A tomada de decisão baseada na evidência, liderança e responsabilidade e compromisso das pessoas são princípios para o êxito do sistema de gestão de documentos. ABNT NBR ISO 30300.
- 105** Uma das áreas previstas na Norma Internacional de Descrição de Funções é a de pontos de acesso e indexação de assuntos.
JUSTIFICATIVA - Errado. As áreas da ISDF são as seguintes: identificação, contextualização, relacionamentos e controle. Conselho Internacional de Arquivos ISDF: Norma internacional para descrição de funções. Tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. 1.ª ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- 106** De acordo com a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias, os registros de autoridade arquivística podem ser usados para o controle da criação e do uso de pontos de acesso em descrições arquivísticas.
JUSTIFICATIVA - Certo. Registros de autoridade arquivística podem ser usados para: a. descrever uma entidade coletiva, pessoa, ou família como unidades dentro de um sistema de descrição arquivístico; b. controlar a criação e o uso de pontos de acesso em descrições arquivísticas; c. documentar relações entre diferentes produtores de documentos e entre essas entidades e os documentos que produziram e(ou) outros recursos sobre ou produzidos por essas mesmas entidades. Conselho Internacional de Arquivos ISAAR(CPF): Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias/tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. 2. ed., Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004.
- 107** Documento confiável é definido como aquele que foi produzido e(ou) recebido pela pessoa que de fato o produziu ou o recebeu.
JUSTIFICATIVA - Errado. De acordo com a norma ABNT NBR ISO 30300, o documento confiável é aquele cujo conteúdo é uma representação completa das operações, das atividades ou dos fatos que testemunham, aos quais podem se recorrer no caso de operações posteriores. A definição apresentada no item é de documento autêntico.

Em relação aos instrumentos de gestão de documentos (plano de classificação e tabela de temporalidade), julgue os itens seguintes.

108 O tempo de guarda de qualquer documento no arquivo corrente é definido por legislação específica.

JUSTIFICATIVA - Errado. Segundo a literatura de referência, nem todos os documentos encontram indicação de tempo no arquivo corrente na legislação que normatiza a atividade que gerou o documento. A maior parte, inclusive, é dada pelas necessidades administrativas, que somente o acumulador do documento é capaz de informar.

109 A classificação estrutural é a mais adequada para a elaboração de planos de classificação de organizações institucionalmente instáveis.

JUSTIFICATIVA - Errado. A classificação estrutural é baseada na estrutura organizacional do órgão e, por isso, menos adequada para órgãos instáveis institucionalmente, os quais exigem mudanças periódicas do instrumento.

110 Os princípios de classificação comumente utilizados na elaboração do plano de classificação são função, atividade e tarefa.

JUSTIFICATIVA - Certo. Os princípios de classificação por função, atividade e tarefa são comumente utilizados para definir os níveis de classificação de um plano ou código. É o conhecido FAT, como registra a literatura de referência.

111 A indicação da destinação final de um documento para a guarda permanente em uma tabela de temporalidade pode ser realizada sem que seja necessário passar o documento pelo arquivo intermediário.

JUSTIFICATIVA - Certo. Não há nada que obrigue a passagem dos documentos pelo arquivo intermediário, exceto se necessário o cumprimento de prazo prescricional ou precautório.

112 A menor unidade de classificação na estrutura de um plano ou código de classificação corresponde ao item documental.

JUSTIFICATIVA - Errado. As unidades de classificação não devem ser confundidas com os objetos a serem classificados, como o item documental.

Julgue os próximos itens, relativos a avaliação e destinação de documentos de arquivo.

113 A eliminação de documentos que não constarem da tabela de temporalidade e destinação de documentos será realizada mediante autorização excepcional da instituição arquivística pública competente.

JUSTIFICATIVA - Certo. A assertiva está de acordo com a Resolução CONARQ n.º 40/2014, com as alterações promovidas pela Resolução CONARQ n.º 44/2020: “Art. 2.º (...) § 2.º A eliminação de documentos que não constarem da tabela de temporalidade e destinação de documentos será realizada mediante autorização excepcional da instituição arquivística pública, em sua esfera de competência.”.

114 Comodato, recolhimento, doação e permuta são formas de entrada de acervos arquivísticos nos arquivos públicos.

JUSTIFICATIVA - Certo. A assertiva está de acordo com a prática arquivística e com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Arquivo Nacional, 2005, p.85), que assim define o verbete:

Entrada de documentos

Ingresso de documentos em arquivo [instituição], seja por comodato, compra, custódia, dação, depósito, doação, empréstimo, legado, permuta, recolhimento, reintegração ou transferência.

115 Depois de elaborado o plano de classificação de documentos de arquivo, a instituição deve criar uma comissão permanente de avaliação de documentos de arquivo para dispor sobre os prazos de guarda e destinação dos documentos.

JUSTIFICATIVA - Errado. O plano de classificação deve ser elaborado pela comissão permanente de avaliação, portanto ela não pode ser criada após ele estar pronto. Assim, a assertiva contraria o Decreto n.º 10.148/2019, que prevê: “Art. 9.º Serão instituídas Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal, órgãos técnicos com o objetivo de orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção dos documentos produzidos e acumulados no seu âmbito de atuação para garantir a sua destinação final, nos termos da legislação vigente e das normas do Siga, com as seguintes competências: I elaborar os códigos de classificação de documentos e as tabelas de temporalidade e destinação de documentos, que são instrumentos técnicos de gestão relativos às atividades-fim de seus órgãos e entidades e submetê-los à aprovação do Arquivo Nacional;”.

116 É permitida a eliminação de documento classificado em grau de sigilo secreto, desde que decorridos o prazo de sigilo e o prazo de guarda previsto em tabela de temporalidade e destinação.

JUSTIFICATIVA - Errado. Uma vez classificado com secreto, o documento torna-se, automaticamente, de valor permanente, mesmo que a classificação arquivística recebida (código de classificação) e a avaliação vinculada a ela não prevejam tal destinação. Conforme disposto no Decreto n.º 7.724/2012, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação, “Art. 39. As informações classificadas no grau ultrassecreto ou secreto serão definitivamente preservadas, nos termos da Lei n.º 8.159, de 1991, observados os procedimentos de restrição de acesso enquanto vigorar o prazo da classificação.”.

Considerando as normas de descrição arquivística, elaboração de instrumentos de pesquisa e RiC (*records in contexts*), bem como a difusão de documentos, julgue os seguintes itens.

117 Publicações, promoção de eventos e visitas guiadas são típicas ações de divulgação/difusão nos arquivos.

JUSTIFICATIVA - Certo. Divulgação é o conjunto de atividades destinadas a aproximar o público dos arquivos, por meio de publicações e da promoção de eventos, como exposições e conferências. Como ações de difusão, destacam-se: exposições, publicações impressas, instrumentos de pesquisa, visitas guiadas e conteúdos difundidos na Internet.

118 A utilização de planos de classificação para a organização dos documentos nos arquivos correntes e quadros de arranjo nos arquivos permanentes integra a função arquivística de classificação.

JUSTIFICATIVA - Certo. Conforme a literatura de referência, a função classificação diz respeito à criação e à utilização de planos de classificação que reflitam as funções, atividades e ações ou tarefas da instituição acumuladora dos documentos arquivísticos nas fases corrente e intermediária e a elaboração de quadros de arranjo na fase permanente.

119 A descrição baseada no conceito de RiC é multidimensional, diferentemente das descrições de documentos de arquivo que a precederam, que eram hierarquizadas.

JUSTIFICATIVA - Certo. A descrição mencionada no item é uma nova representação multidimensional, não mais hierárquica, mas apresentada como uma rede de relações em grafos, que mudou substancialmente o enfoque multinível inicial usado na descrição dos documentos de arquivo e ficou evidente nas novas entidades e suas relações do modelo conceitual RiC- CM e, posteriormente, no

RiC-O.

- 120 Segundo a Norma Brasileira de Descrição Arquivística, data crônica corresponde ao elemento de identificação do local de produção de um documento.

JUSTIFICATIVA - Errado. A definição apresentada no item é de data tópica. Segundo o Glossário da NOBRADE, data crônica é o elemento de identificação cronológica que tem por referencial um calendário; e data tópica é o elemento de identificação do local de produção de um documento.

Julgue os itens a seguir, que tratam da diplomática contemporânea e da preservação de documentos arquivísticos.

- 121 Ações de higienização da área de depósito, de redução da luminosidade incidente e de obturação dos documentos são parte das atividades de conservação preventivas.

JUSTIFICATIVA - Errado. Embora as ações iniciais sejam, de fato, conservação preventiva, segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Arquivo Nacional, 2005, p.145), obturação, também chamada de reintegração, não é uma atividade de conservação preventiva.

“Reintegração

Processo de restauração, manual ou mecânico, em que se usa uma suspensão de fibras para reparar documentos danificados por perda de suporte. Também chamado *obturação*.”.

- 122 O selo não é considerado o elemento extrínseco mais importante nos documentos contemporâneos, sendo, inclusive, incomum.

JUSTIFICATIVA - Certo. O selo, elemento extrínseco mais importante dos documentos medievais, é o menos comum e relevante nos documentos contemporâneos.

- 123 A preservação de documentos arquivísticos não digitais ainda carece de regulamentação específica do Conselho Nacional de Arquivos, sendo sequer mencionada em normas que tratam da gestão de documentos.

JUSTIFICATIVA - Errado. Embora não exista muita regulamentação do CONARQ a respeito da preservação de documentos, preservação abrange aspectos de conservação e restauração que são tratados na Resolução n.º 34/2012, que dispõe sobre a adoção das recomendações para o resgate de acervos arquivísticos danificados por água pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR). Então, já existe, no mínimo, um início de regulamentação. Além disso, diversas outras normas que tratam da gestão de documentos deixam claro que um dos objetivos é a preservação, como, por exemplo, a Resolução n.º 27/2008: “Art. 6.º Os programas de gestão de documentos arquivísticos do âmbito dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, deverão contemplar obrigatoriamente: (...) III - Programa de preservação documental, contemplando as etapas de produção, armazenamento e manuseio do documento arquivístico em todos os suportes.”.

- 124 Segundo a terminologia arquivística, ofício é uma espécie documental empregada para a comunicação oficial entre instituições.

JUSTIFICATIVA - Certo. O ofício é uma espécie documental, tal como se observa na definição: configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas. Conforme o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística - Dibrate (Arquivo Nacional, 2005, p.85):

“Espécie documental

Divisão de gênero documental que reúne tipos documentais por seu formato. São exemplos de espécies documentais ata, carta, decreto, disco, filme, folheto, fotografia, memorando, ofício, planta, relatório.”.

Adicionalmente, cabe observar que o Manual de Comunicação

Oficial do Governo do Distrito Federal (2023) assim o descreve:

“Ofício

Documento de comunicação utilizado pelo governo para tratar de assuntos oficiais com órgãos ou entidades públicas, com pessoa jurídica de direito privado ou com pessoa física. É encaminhado a um único destinatário.” (p.74)

No que concerne à indexação de documentos, julgue os itens subsequentes.

- 125 A diferença principal entre a indexação automática e a semiautomática é que, nessa última, é facultativa a atuação de um ser humano.

JUSTIFICATIVA - Errado. A presença humana é obrigatória. **Indexação semiautomática:** relaciona-se ao processo em que um sistema computacional realiza a atividade de análise de texto do documento e, posteriormente, um indexador humano avalia os termos para indexação indicados pelo sistema, escolhendo assim, os termos que serão efetivamente empregados para representar o documento.

• **Indexação automática:** consiste na seleção automática dos termos por um *software* ou sistema, levando-se em conta critérios estatísticos da ocorrência dos termos no texto dos documentos.

- 126 Ao se indexar o documento por meio da técnica de extração, atribuem-se termos ao documento a partir de uma fonte que não é o próprio documento.

JUSTIFICATIVA - Errado. Ao contrário da assertiva, a extração ou derivação ocorre quando a indexação se utiliza de palavras ou expressão do próprio documento, conforme A indexação pode acontecer de duas maneiras: por derivação ou extração — palavras ou expressões que ocorrem no documento são selecionadas para representar o seu conteúdo temático — e por atribuição, que envolve a atribuição de termos ao documento a partir de uma fonte que não é o próprio.

- 127 A indexação pressupõe a extração de conceitos que possam representar o conteúdo do documento e a tradução desses conceitos em uma linguagem de descrição.

JUSTIFICATIVA - Errado. O correto é linguagem de indexação, não de descrição. No domínio da ciência da informação, a indexação pode ser definida como o ato de identificar e descrever o conteúdo de um documento em termos representativos dos seus assuntos e que constituem uma linguagem de indexação, segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (1992). Esse processo envolve duas etapas: a extração dos conceitos que possam representar o assunto de um documento e a tradução desse conceito para uma linguagem de indexação.

- 128 Define-se indexação como o processo pelo qual documentos ou informações são representados por termos, palavras-chave ou descritores, propiciando a recuperação da informação.

JUSTIFICATIVA - Certo. O item está de acordo com a descrição do verbete “indexação” no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Arquivo Nacional, 2005, p. 107).

Julgue os próximos itens, que versam sobre políticas de acesso a documentos de arquivo.

- 129 Arquivistas têm acesso a todos os arquivos fechados e neles realizam o trabalho arquivístico necessário.

JUSTIFICATIVA - Certo. Conforme o princípio 9 dos princípios de acesso aos arquivos do Conselho Internacional de Arquivos, “Arquivistas têm acesso a todos os arquivos fechados e neles realizam o trabalho arquivístico necessário”. Os membros da equipe têm acesso ao acervo com informações restritas, a fim de organizar e descrever documentos, realizar atividades de preservação e implementar as restrições de acesso. Se os membros da equipe precisam trabalhar com documentos considerados de segurança

nacional ou outros especialmente protegidos, eles cumprem os procedimentos que os autorizam a manuseá-los.

- 130** Instituições custodiadoras de arquivos garantem que vítimas de crimes graves previstos nas leis internacionais tenham acesso a documentos que proporcionem a evidência necessária à afirmação de seus direitos humanos e à prova de sua violação, mesmo se esses documentos estiverem fechados ao público em geral.

JUSTIFICATIVA - Certo. De acordo com o princípio 6 dos princípios de acesso aos arquivos do Conselho Internacional de Arquivos, “Instituições custodiadoras de arquivos garantem que vítimas de crimes graves segundo as leis internacionais tenham acesso a documentos que proporcionam a evidência necessária à afirmação de seus direitos humanos e à prova de sua violação, mesmo se esses documentos estiverem fechados ao público em geral”. As pessoas elegíveis para acesso com base nessa exceção devem atender aos critérios estabelecidos na versão atualizada dos princípios para a proteção e promoção dos direitos humanos através da ação de combate à impunidade do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

- 131** Instituições custodiadoras de arquivos devem garantir que restrições operacionais não impeçam o acesso aos arquivos.

JUSTIFICATIVA - Certo. Conforme o princípio 8 dos princípios de acesso aos arquivos do Conselho Internacional de Arquivos, “Instituições custodiadoras de arquivos garantem que as restrições operacionais não impeçam o acesso aos arquivos”. Pedidos de acesso são processados sem discriminação com base na raça, sexo, religião, crença ou condição social dos solicitantes. As “pessoas com deficiência, analfabetos ou desfavorecidos e que de outra forma teriam dificuldades significativas no uso de arquivos” recebem assistência para garantir que tenham as mesmas oportunidades de se beneficiar de acesso aos documentos.

- 132** Usuários não têm o direito de apelar de uma negação de acesso a documento de arquivo.

JUSTIFICATIVA - Errado. A assertiva está de acordo com o princípio 7 dos Princípios de acesso aos arquivos, segundo o qual “Usuários têm o direito de apelar de uma negação de acesso” (p. 17).

Conselho Internacional de Arquivos. Comitê de Boas Práticas e Normas. Grupo de Trabalho sobre Acesso. Princípios de acesso aos arquivos: orientação técnica para gestão de arquivos com restrições [recurso eletrônico] / Conselho Internacional de Arquivos [Tradução de Silvia Ninita de Moura Estevão e Vitor Manoel Marques da Fonseca]. Dados eletrônicos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014.

Em relação aos sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos, julgue os itens que se seguem.

- 133** No escopo dos metadados, o parágrafo é uma estrutura conceitual utilizada para definir o caráter do processamento de recursos de informação e é aplicado exclusivamente a sistemas automatizados baseados em inteligência artificial.

JUSTIFICATIVA - Errado. No escopo dos metadados, o parágrafo é uma estrutura conceitual para definir o caráter do processamento de recursos de informação. Embora não haja necessidade de ser aplicado exclusivamente a sistemas automatizados baseados em inteligência artificial, o termo parágrafo pode ser usado, atualmente, para explicar a função da inteligência artificial nos arquivos.

- 134** O documento digital é um componente digital ou grupo de componentes digitais salvo, tratado e gerenciado como um documento.

JUSTIFICATIVA - Certo. O documento digital é um componente digital, ou grupo de componentes digitais, salvo, tratado e gerenciado como um documento.

- 135** Conforme o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (e-ARQ Brasil), requisitos não funcionais são aqueles que não estão diretamente relacionados à funcionalidade do sistema e, portanto, não são relevantes para a sua implementação.

JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (e-ARQ Brasil), os requisitos não funcionais são aqueles que não estão diretamente relacionados à funcionalidade do sistema, mas que são relevantes para a sua implementação. (p. 15)

- 136** O gênero documental, ou seja, a configuração da informação no documento de acordo com o sistema de signos utilizado na comunicação do documento, inclui-se entre os requisitos mínimos exigidos para os documentos digitalizados por pessoas jurídicas de direito público interno.

JUSTIFICATIVA - Certo. Os metadados mínimos exigidos para documentos digitalizados por pessoas jurídicas de direito público interno incluem o gênero, definido como “a configuração da informação no documento de acordo com o sistema de signos utilizado na comunicação do documento”, conforme o anexo 2 do Decreto n.º 10.278/2020.

- 137** A compreensão dos metadados, tanto em documentos tradicionais quanto em documentos digitais, depende do contexto administrativo; entretanto os documentos digitais independem da descrição da função da informação registrada.

JUSTIFICATIVA - Errado. Segundo a literatura de referência, os documentos tradicionais dependem de um contexto administrativo para serem compreendidos. Os documentos eletrônicos/digitais se apoiam em um contexto administrativo, mas precisam igualmente de metadados que descrevam a função da informação registrada.

- 138** As tecnologias semânticas da Web, como o RDF (*resource description framework*) e as ontologias, são baseadas na noção de URI (*uniform resource identifier*), que identificam apenas recursos de descrição.

JUSTIFICATIVA - Errado. Segundo a literatura de referência, as tecnologias semânticas da Web como o RDF e as ontologias são baseadas inteiramente na noção de URI, que já não identificam apenas recursos, mas também pessoas, conceitos etc.

Acerca da preservação digital, julgue os seguintes itens.

- 139** O OAIS (*open archival information system*) define dois modelos: o funcional, que, além de descrever as funções atribuídas a um repositório digital, define detalhadamente funções (admissão, arquivamento, gerenciamento de dados, administração do sistema, planejamento de preservação e acesso); e o de informação, que estabelece os metadados para preservar e acessar as informações armazenadas em um repositório digital.

JUSTIFICATIVA - Certo. De acordo com a literatura da área, o OAIS define um modelo funcional e um modelo de informação. O modelo funcional descreve as funções atribuídas a um repositório digital, além de definir detalhadamente funções como: admissão, arquivamento, gerenciamento de dados, administração do sistema, planejamento de preservação e acesso. Já o modelo de informação estabelece os tipos mais amplos de informação (ou metadados) necessários para preservar e acessar as informações armazenadas em um repositório digital.

- 140** Segundo a perspectiva do ciclo vital ininterrupto, um mesmo ambiente de gestão e preservação de documentos apresenta as seguintes vantagens: proximidade do documento com o produtor; descentralização da guarda em depósitos; e

acesso direto ao documento.

JUSTIFICATIVA - Errado. A perspectiva do ciclo vital ininterrupto apresenta um entendimento diferenciado sobre a gestão arquivística dos documentos arquivísticos digitais, uma vez que a gestão e a preservação se unem, formando o conceito de documentos contínuos o qual permite um processo de gestão e preservação mais eficaz, através de um ciclo de vida ininterrupto, considerando-se, nesse caso, que esses documentos podem ter um único ambiente de gestão e preservação, uma vez que algumas questões, como proximidade do documento com o produtor, descentralização da guarda em depósitos específicos para cada idade e acesso direto ao documento convencional podem ser desconsideradas em relação ao ciclo de vida tradicional.

- 141 Conforme o modelo OAIIS (*open archival information system*), a cadeia de custódia dos documentos é representada por três ambientes: o ambiente de produção ou gestão, o ambiente de preservação e o ambiente de acesso, difusão, descrição e representação dos documentos.

JUSTIFICATIVA - Certo. De acordo com a literatura de referência na área, no modelo OAIIS, a cadeia de custódia dos documentos é representada por três ambientes: o ambiente de produção, o ambiente de preservação e o ambiente de acesso, difusão, descrição e representação dos documentos.

- 142 O gerenciamento dos documentos de um repositório digital confiável deve alinhar-se com o modelo de referência OAIIS (*open archival information system*), que estabelece a formação de pacotes de informação de conteúdo, mas não de informação de representação.

JUSTIFICATIVA - Errado. A assertiva contraria o disposto na Resolução n.º 43/2015 do Conselho Nacional De Arquivos (CONARq):

“O gerenciamento dos documentos de um repositório digital confiável deve estar de acordo com o modelo de referência OAIIS, que estabelece a formação de pacotes de informação envolvendo os documentos digitais (informação de conteúdo) e seus metadados (informação de representação).”

- 143 Um repositório digital confiável deve ser capaz de manter autênticos os materiais digitais, de preservá-los e prover acesso a eles pelo tempo necessário, observados os seguintes fatores relativos às responsabilidades organizacionais e de curadoria dos repositórios: escopo dos materiais depositados, gerenciamento do ciclo de vida e preservação, atuação junto a uma ampla gama de parceiros, questões legais relacionadas com a propriedade dos materiais armazenados e implicações financeiras.

JUSTIFICATIVA - Certo. A assertiva está de acordo com o disposto na Resolução n.º 43/2015 do Conselho Nacional De Arquivos (CONARq):

“Um repositório digital confiável é um repositório digital que é capaz de manter autênticos os materiais digitais, de preservá-los e prover acesso a eles pelo tempo necessário. Para cumprir essa missão, segundo o relatório *Trusted Digital Repositories: attributes and responsibilities* (RLG/OCLC, 2002), os repositórios digitais confiáveis devem:

[...] observar os seguintes fatores relativos às responsabilidades organizacionais e de curadoria dos repositórios: escopo dos materiais depositados, gerenciamento do ciclo de vida e preservação, atuação junto a uma ampla gama de parceiros, questões legais relacionadas com a propriedade dos materiais armazenados e implicações financeiras.”

- 144 Segundo resolução do Conselho Nacional de Arquivos, um repositório arquivístico digital confiável deve restringir-se aos procedimentos arquivísticos da fase de tramitação dos documentos e seus representantes digitais, atendendo aos requisitos de um repositório digital confiável.

JUSTIFICATIVA - Errado. A assertiva contraria o disposto na Resolução n.º 43/2015 do Conselho Nacional De Arquivos (CONARq):

“Um repositório arquivístico digital confiável deve ser capaz de atender aos procedimentos arquivísticos em suas diferentes fases e aos requisitos de um repositório digital confiável.”

Com base na Lei de Acesso à Informação, julgue os itens que se seguem.

- 145 Os prazos máximos de restrição de acesso a informações ultrassecretas, secretas ou reservadas começam a vigorar na data de sua classificação pela autoridade competente.

JUSTIFICATIVA - Errado. De acordo com o § 1.º do art. 24 da Lei de Acesso à Informação, os prazos máximos de restrição de acesso à informação ultrassecreta, secreta ou reservada vigoram a partir da data de sua produção.

- 146 A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, instituída no âmbito da administração pública federal, é incumbida de rever a classificação de informações secretas ou reservadas, de ofício ou mediante provocação de pessoa interessada.

JUSTIFICATIVA - Errado. O *caput* do art. 35 da Lei de Acesso à Informação previa tal competência, porém foi vetado. Conforme o § 1.º, II, do mesmo artigo, a Comissão Mista de Reavaliação de Informações terá competência para: “II rever a classificação de informações ultrassecretas ou secretas, de ofício ou mediante provocação de pessoa interessada, observado o disposto no art. 7.º e demais dispositivos desta Lei;”.

- 147 Os objetivos do Núcleo de Segurança e Credenciamento, instituído no âmbito do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, incluem promover e propor a regulamentação do credenciamento de segurança de pessoas físicas, empresas, órgãos e entidades para tratamento de informações sigilosas e garantir a segurança de informações sigilosas.

JUSTIFICATIVA - Certo. A assertiva está aparada no art. 37, I e II, da Lei de Acesso à Informação.

Considerando o que dispõe a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), julgue os itens a seguir.

- 148 Entre as competências do Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade, estão a de elaborar relatórios anuais de avaliação da execução das ações da Política Nacional de Proteção de Dados e da Privacidade e a de sugerir ações a serem realizadas pela autoridade nacional de proteção de dados.

JUSTIFICATIVA - Certo. A assertiva está em conformidade com o disposto nos incisos II e III do art. 58-B da LGPD.

- 149 O acesso a dados pessoais tratados pelo controlador, caso solicitado por seu titular, será providenciado, mediante requisição do titular devidamente justificada, em formato simplificado ou por meio de declaração clara e completa, desde que autorizado pela autoridade nacional de proteção de dados.

JUSTIFICATIVA - Errado. Na LGPD, não é prevista a condição de autorização da autoridade nacional para a disponibilização dos dados pessoais ao próprio titular. Segue parte da redação dos arts. 18 e 19 da LGPD.

Art. 18. O titular dos dados pessoais tem direito a obter do controlador, em relação aos dados do titular por ele tratados, a qualquer momento e mediante requisição:

I confirmação da existência de tratamento;

II acesso aos dados;

(...)

Art. 19. A confirmação de existência ou o acesso a dados pessoais

serão providenciados, mediante requisição do titular:
I em formato simplificado, imediatamente; ou
II por meio de declaração clara e completa, que indique a origem dos dados, a inexistência de registro, os critérios utilizados e a finalidade do tratamento, observados os segredos comercial e industrial, fornecida no prazo de até 15 (quinze) dias, contado da data do requerimento do titular.

- 150** O uso compartilhado de dados pessoais de pessoa jurídica de direito público a pessoa de direito privado deve ser informado ao encarregado pelo tratamento de dados pessoais e dependerá de consentimento do titular dos dados.

JUSTIFICATIVA - Errado. Segundo o art. 27 da LGPD, a informação deve ser prestada à autoridade nacional, com consentimento do titular. Não há a previsão de informação ao encarregado pelo tratamento de dados pessoais.

Acerca do uso de assinaturas eletrônicas conforme previsto pela Lei n.º 14.063/2020, julgue os itens seguintes.

- 151** Admite-se assinatura eletrônica simples em interações com ente público de menor impacto e que não envolvam informações protegidas por grau de sigilo.

JUSTIFICATIVA - Certo. A assertiva está de acordo com o disposto no artigo 5.º da Lei n.º 14.063/2020:

“Art. 5.º No âmbito de suas competências, ato do titular do Poder ou do órgão constitucionalmente autônomo de cada ente federativo estabelecerá o nível mínimo exigido para a assinatura eletrônica em documentos e em interações com o ente público.

§ 1.º O ato de que trata o *caput* deste artigo observará o seguinte:

I a assinatura eletrônica simples poderá ser admitida nas interações com ente público de menor impacto e que não envolvam informações protegidas por grau de sigilo;”.

- 152** Para os efeitos da citada lei, as assinaturas eletrônicas são classificadas em simples, moderada, avançada e qualificada.

JUSTIFICATIVA - Errado. A classificação “moderada” não existe na Lei n.º 14.063/2020.

- 153** Quando emitidos em meio eletrônico, os receituários de medicamentos sujeitos a controle especial e os atestados médicos somente serão válidos com assinatura eletrônica qualificada do profissional de saúde.

JUSTIFICATIVA - Certo. A assertiva condiz com o art. 13 da Lei n.º 14.063/2020.

A criptografia é o método de codificação de dados segundo algoritmo específico e chave secreta. A respeito desse tema, julgue os próximos itens.

- 154** A utilização da criptografia de chave assimétrica possibilita o uso de certificação digital ou assinatura digital.

JUSTIFICATIVA - Certo. A chave assimétrica é emitida por autoridade competente e permite que o fluxo dos dados criptografados sejam identificados em cada fase, o que possibilita que a certificação desse processo seja possível.

- 155** Os objetivos básicos da criptografia são a confidencialidade, o sigilo, a autenticação, a integridade, o não repúdio e o anonimato.

JUSTIFICATIVA - Certo. A assertiva reproduz os objetivos previstos na legislação para garantir que os dados criptografados sejam seguros tanto em relação ao conteúdo (confidencialidade, sigilo, autenticidade, integridade) e quanto ao emissor (não repúdio e anonimato).

- 156** A criptografia de chave simétrica é a mais indicada no que diz respeito à segurança da informação voltada à confidencialidade.

JUSTIFICATIVA - Certo. A utilização da chave simétrica garante que apenas o emissor e o receptor terão conhecimento da mensagem, pois utilizam a mesma chave.

- 157** A criptografia é usada como um dos principais mecanismos de segurança para proteção contra acessos indevidos os dados, tanto os que trafegam pela Internet quanto os armazenados em computadores.

JUSTIFICATIVA - Certo. Ao se utilizar a criptografia para codificar os dados, tem-se a garantia de que apenas os emissores e os receptores indicados terão acesso a eles.

Tendo como referência a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP/Brasil), julgue os itens subsecutivos.

- 158** Nos casos de acordos de certificação lateral ou cruzada, é vedado a qualquer autoridade certificadora certificar nível diverso do subsequente ao seu.

JUSTIFICATIVA - Errado. A assertiva contraria o disposto no art. 9.º da Medida Provisória n.º 2.200-2/2001, segundo o qual “É vedado a qualquer AC certificar nível diverso do imediatamente subsequente ao seu, exceto nos casos de acordos de certificação lateral ou cruzada, previamente aprovados pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil.”.

- 159** Uma das competências da autoridade certificadora raiz é a emissão de certificados para o usuário final.

JUSTIFICATIVA - Errado. A assertiva contraria o disposto no parágrafo único do art. 5.º da Medida Provisória n.º 2.200-2/2001, segundo o qual “É vedado à AC Raiz emitir certificados para o usuário final.”.

- 160** O par de chaves criptográficas será gerado pela autoridade certificadora, que deterá o controle, o uso e o conhecimento exclusivo da chave privada de assinatura do titular.

JUSTIFICATIVA - Errado. A assertiva contraria o disposto no parágrafo único do art. 6.º da Medida Provisória n.º 2.200-2/2001, segundo o qual “O par de chaves criptográficas será gerado sempre pelo próprio titular e sua chave privada de assinatura será de seu exclusivo controle, uso e conhecimento.”.